

### 3 Psicodinâmica conjugal

O processo de formação do laço conjugal ocorre mediante a articulação de várias dimensões. O estudo das motivações inconscientes presentes na escolha amorosa, do legado familiar e dos padrões interacionais estabelecidos nas famílias de origem é indispensável para um melhor entendimento da constituição da conjugalidade. Nesse capítulo, buscamos reunir contribuições do referencial psicanalítico e do sistêmico visando a uma compreensão mais ampla da psicodinâmica do casal.

Os autores psicanalistas ressaltam que sentimentos infantis são inconscientemente reatualizados na vivência da conjugalidade, propiciando aos parceiros a reedição e a elaboração de experiências vividas na infância, sobretudo aquelas relativas à relação mãe/bebê, ao narcisismo e ao Édipo. A questão narcísica está relacionada a uma tentativa de resgatar a experiência vivida na relação mãe/bebê. As vivências procedentes do Édipo ressurgem na relação conjugal, como uma tentativa de resolver questões inacabadas. Essa revivescência de experiências infantis na relação atual indica a não aleatoriedade do encontro amoroso. Nesse processo, passado e presente se misturam na constituição da história do casal.

Pincus e Dare (1981) afirmam que desejos não realizados ou sentimentos dolorosos presentes na história do indivíduo tendem a reaparecer nas relações conjugais, mediante a utilização do mecanismo de identificação projetiva. Os aspectos indesejados de si são projetados no parceiro. Tal mecanismo está presente em outras relações. Na conjugalidade, contudo, devido à intensidade do laço afetivo, a identificação projetiva torna-se um mecanismo central. A conjugalidade é constituída a partir de motivações e pactos inconscientes. O casal faz acordos inconscientes baseados nas necessidades dos parceiros. Na conjugalidade os parceiros revivem padrões de interação familiar e elaboram vivências infantis, podendo construir soluções criativas para antigos conflitos ou repetir experiências não elaboradas.

A família de origem transmite para o sujeito-parceiro afetos, representações, fantasias e também conteúdos referentes à falta, à vergonha, a objetos perdidos ou enlutados. A partir dessa herança, o sujeito constituirá seu

mundo interno. A literatura psicanalítica da transmissão psíquica aponta para uma relação existente entre a identificação com as figuras parentais e a organização inconsciente do casal.

A perspectiva sistêmica, por outro lado, aborda a transmissão da herança familiar por meio dos padrões interacionais repetidos nos diversos sistemas e nas sucessivas gerações. Segundo o enfoque sistêmico, o casal como um subsistema familiar encontra-se sujeito às leis que regem os sistemas mais amplos. Destaca-se a interdependência entre os elementos de uma família, a mudança em cada membro afeta todas as outras partes componentes desse sistema (Bowen, 1978).

A família de origem produz padrões interacionais de comportamento que são transmitidos às gerações seguintes. Os padrões de comunicação, as crenças, as regras e os modelos de afetividade são passados aos descendentes como parâmetros para a construção de suas próprias relações. Nesse sentido, a forma como o novo casal interage e estabelece sua relação conjugal está relacionada ao modelo vivido em suas famílias de origem. O casal recebe o legado das gerações precedentes e representa um elo na cadeia transgeracional, repetindo e elaborando padrões interacionais.

Na complexa teia das relações familiares destacamos o conceito de lealdade como um fator de exigência ao cumprimento das expectativas do grupo familiar. Os compromissos de lealdades são repetidos intergeracionalmente e influenciam na psicodinâmica do novo casal, na medida em que os parceiros estão comprometidos com suas famílias de origem.

### **3.1** **Motivações inconscientes na escolha amorosa**

A teoria psicanalítica destaca o modelo de relação estabelecido nos primeiros seis anos de vida entre a criança e seus pais como fundamental para o posterior desenvolvimento relacional do indivíduo. A qualidade das relações construídas nessa etapa marcará a história da criança sob a forma de uma herança emocional. Embora a criança possa, no processo de seu desenvolvimento, transformar o modelo herdado, ela não poderá isentar-se de sua influência. O

padrão relacional estabelecido nessa fase refletirá nas futuras escolhas do sujeito (Freud, 1914).

O primeiro estágio da sexualidade infantil é marcado pelo auto-erotismo. O corpo do bebê, ou parte dele, funciona como substituto do seio materno. A sensação de sugar inaugura as primeiras experiências de satisfação e prazer, experiências essas que se busca repetir durante a vida toda. Neste período não existe, no indivíduo, uma unidade comparável ao Eu (Freud, 1913).

O período que compreende a satisfação auto-erótica até a formação do ego caracteriza o que Freud denominou de narcisismo primário. Enquanto a representação do “eu” está ausente no auto-erotismo, no narcisismo primário o ego é representado pelo “ego ideal”. O ego ideal é a imagem idealizada, resultado da revivescência do narcisismo dos pais. Ele emerge como consequência de um discurso apaixonante dos pais, em que os defeitos dos filhos não são valorizados, ao contrário, são amenizados ou desprezados. Nesse sentido, o narcisismo primário é influenciado pelos desejos e fantasias dos pais. O narcisismo primário é a marca do amor dos pais pelos filhos. Freud assinala que o amor dos pais nada mais é que seu próprio narcisismo renascido. Na criança são depositados os sonhos que os pais não puderam realizar. O narcisismo primário simboliza um estado de perfeição e completude, matriz para futuras ligações amorosas.

O sujeito é marcado pela história familiar legada. O discurso dos pais antecipa o lugar a ser ocupado pelo filho, lugar já caracterizado pelas escolhas e investimentos parentais (Freud, 1914). O sujeito emerge recebendo grande influência de gerações que o precederam. As investigações psicanalíticas apontam que as relações amorosas são, muitas vezes, repetições de certos padrões da infância. Sob esse ponto de vista, a escolha amorosa pode ser vista como a repetição de um encontro singularizado pela interdição. Sentimentos infantis podem ser inconscientemente reativados no momento da escolha. Assim, a escolha amorosa pode ser vista como o campo de reedição de vivências infantis, onde o passado marca sua presença na história do sujeito. As vivências narcísica e edípica têm importância fundamental na compreensão da dinâmica de escolha do parceiro.

O estado de narcisismo primário caracteriza uma simbiose onde mãe e bebê formam uma unidade. Nessa unidade, libido do ego e libido do objeto encontram-se indiferenciadas. A partir das trocas que ocorrem neste estágio, o

bebê inaugura a possibilidade de perceber que ele está num processo de relação com alguém. Esta percepção gradativa desfaz a ilusão de completude iniciando-se a formação do próprio ego. Freud (1914) afirma que o desenvolvimento do ego se dá por um afastamento do narcisismo primário que permanecerá como busca de um retorno a esse estado.

O afastamento do narcisismo primário possibilita a ligação do bebê a objetos externos, condição necessária para o desenvolvimento do ego. Este momento marca o aparecimento do narcisismo secundário. Parte da libido antes voltada para o próprio ego passa a ser dirigida para objetos externos, ou seja, a libido desloca-se em direção a um ideal do ego. Freud explica o deslocamento da libido em direção a objetos externos, como uma tentativa de recuperação do estado de onipotência infantil. Herdeiro do narcisismo primário, o ideal do ego surge na tentativa de conciliar exigências parentais e sociais. Representa, portanto, a satisfação narcísica possível, já que a completude simbolizada pelo narcisismo primário é inatingível.

Deslocar-se do amor de si para o amor pelo outro, implica na queda da onipotência narcísica, o que caracteriza a castração. Em grande medida, procuramos no outro um substituto do nosso narcisismo perdido na infância quando o ideal éramos nós mesmos. O objeto de amor precisa obedecer às exigências do ideal do ego para ser eleito. Nesse sentido, os investimentos objetivos representam o resultado da transformação da libido narcísica. Frequentemente, o objeto amado é tratado de forma semelhante à relação estabelecida com nosso próprio ego; esse fenômeno demonstra a ocorrência de um investimento narcísico no objeto.

“Como sempre no terreno da libido, o homem mostra-se aqui, mais uma vez, incapaz de renunciar a uma satisfação já gozada alguma vez. Não quer renunciar à perfeição de sua infância, e já que não pôde mantê-la diante dos ensinamentos recebidos durante o desenvolvimento e ante o despertar de seu próprio julgamento, tenta conquistá-la de novo sob a forma do Eu ideal. Aquilo que projeta diante de si como seu ideal é a substituição do perdido narcisismo de sua infância, no qual era ele mesmo seu próprio ideal” (Freud, 1914, p. 268).

Freud afirma que no processo de deslocamento da libido do narcisismo primário para os objetos externos, somente uma parte da libido é cedida aos objetos e a escolha objetual faz referência às intenções narcisistas (Freud, 1914). O encontro amoroso é visto como uma representação de investimento no ego mediante a ligação com outro objeto, na medida em que este objeto encontra-se adequado ao modelo proposto pelo ideal do ego (Toledo, 2002).

O investimento libidinal, no entanto, nem sempre se distribui de forma equilibrada. A supervalorização do objeto amado, atitude típica da paixão, está correlacionada a um empobrecimento do ego, pois o favorecido nesse momento é o objeto. Este é o fenômeno da idealização, em que o narcisismo é transferido para o objeto de amor.

A escolha amorosa, segundo a visão freudiana, é modulada pelo tipo de investimento libidinal dos parceiros. Freud (1914) distingue dois tipos de escolha objetual: a anaclítica e a narcísica. A estruturação do sujeito segundo um ou outro tipo de reconhecimento narcisista depende da identificação estabelecida com seus pais. A admiração dos pais pelos filhos, estruturada sobre regras e condições, provocará uma dependência dos filhos e a necessidade de manterem um comportamento dentro do modelo de perfeição, uma vez que o afastamento desse modelo poderá provocar rejeição (Amado, 2003).

Sobre a escolha anaclítica, Freud ressalta que o sujeito busca um parceiro no qual possa encontrar um apoio (mãe ou pai da infância). Esta busca está relacionada ao objeto idealizado. Na escolha anaclítica, não parece que quem ama realmente se priva do narcisismo, mas projeta no parceiro um aspecto de si mesmo que pode ser identificado nele. Já, no modelo narcísico de amor, procura-se um objeto semelhante a si. Na escolha narcísica ocorre um retorno ao narcisismo primário. Neste tipo de escolha aparece uma indiferenciação do outro, uma necessidade de ser amado sendo o sujeito seu próprio ideal.

Nas relações conjugais, os parceiros apresentam expectativas de que cada um reafirme a imagem que o outro tem de si. Alvarenga (1996) discute essa questão apontando os parceiros como instrumentos a serviço do narcisismo um do outro. O movimento de buscar no outro um suporte para o próprio narcisismo encontra concretamente outro sujeito que, por sua vez, faz limite ao narcisismo do primeiro. Ambos apresentam demandas que o outro não é capaz de responder, confrontando os parceiros com a própria castração.

Pincus e Dare (1981) desenvolveram uma pesquisa sobre o casamento tomando como base alguns princípios fundamentais presentes em qualquer relação. Segundo os autores, desejos não realizados ou sentimentos dolorosos fazem parte da história dos indivíduos e, freqüentemente, repercutem nas relações interpessoais. Como são dolorosos, esses desejos, muitas vezes, são mantidos fora da consciência por meio dos mecanismos de defesa que operam inconscientemente. Nesse sentido, o primeiro princípio apontado por esses autores refere-se às motivações inconscientes que levam as pessoas às uniões conjugais. Motivações inconscientes, referentes a pensamentos, desejos ou fantasias, são conhecidas apenas indiretamente.

Um aspecto importante no funcionamento inconsciente do casal é a presença do mecanismo de projeção. Freqüentemente, sentimentos e idéias dolorosas ou com uma carga bastante elevada para permanecerem retidos na mente são atribuídas a pessoas e objetos externos. Embora os processos projetivos sejam encontrados em todos os relacionamentos, naqueles com laços emocionais mais fortes esses processos operam de forma mais ostensiva. Nesse sentido, o casamento aparece como um lugar privilegiado para o aparecimento dessas manifestações, desde o momento da escolha do parceiro que, por sua vez, aceita algo daquilo que o outro necessita projetar.

Os autores se referem ao uso da projeção nas relações conjugais não apenas como uma tentativa do indivíduo livrar-se de sentimentos dolorosos. Projetados no parceiro, esses sentimentos perdem parte da ansiedade que costumavam produzir e podem chegar a parecer suficientemente aceitáveis para retornar ao indivíduo que os projetou. No entanto, se o conteúdo projetado for por demais assustador para quem projeta, este último também poderá desassociar-se cada vez mais destes conteúdos, condenando ou atacando o parceiro por assim agir.

Pincus e Dare (1981) afirmam que a conjugalidade apresenta momentos de satisfação e momentos de conflitos em seu percurso. A solução desses conflitos implica o crescimento pessoal e relacional. Embora cada parceiro saiba que os aspectos de satisfação e conflitos fazem parte da vida conjugal, a opção pelo casamento caracteriza a tentativa de encontrar felicidade e não de resolver conflitos. Segundo os autores, a vivência da estabilidade no casamento está

relacionada ao grau de flexibilidade com o qual cada parceiro responde às necessidades do outro.

Nem todos os casamentos caracterizam-se por uma grande necessidade de projeção. Algumas parcerias são estabelecidas mediante o reforço da própria imagem. Nesse caso, os parceiros apresentam características bem semelhantes entre si.

O segundo princípio apontado por Pincus e Dare baseia-se no primeiro e faz referência a um acordo inconsciente estabelecido nas relações. Esse acordo surge como resultado do mecanismo de identificação projetiva, em função da interação das necessidades de reciprocidade e complementariedade dos parceiros. O casal estabelece uma interação onde impulsos, desejos, anseios e medos, ainda que inconscientes, são projetados na dinâmica relacional caracterizando-a muitas vezes por conflitos. Os autores exemplificam com o relato de um caso clínico em que a esposa demonstrava constantemente um comportamento de irritabilidade e angústia, seguido de um afastamento emocional de seu parceiro. Essa seqüência comportamental ocorria sempre que seu companheiro chegava do trabalho e não lhe dava a atenção e o carinho esperados. O sentimento subjacente ao comportamento dela era representado pela raiva e sensação de abandono. Ela se irritava com seu afastamento, sentindo-se abandonada. Ele, por sua vez, não se zangava com a represália de sua esposa, mas não compreendia seu motivo para tal atitude. Após um longo trabalho com esse casal, tornou-se claro a origem do sentimento de abandono da esposa: na sua infância ela ficava sozinha em casa, enquanto os pais trabalhavam fora, em tempo integral. Para ela, seu marido repetia diariamente o abandono quando a deixava para trabalhar. Esse padrão relacional estabelecido reflete dinâmicas atuais com sua gênese na história dos parceiros.

Os autores apontam para um contrato secreto no matrimônio no qual os esquemas dos desejos e medos inconscientes derivam de relações anteriores, especialmente da infância. Projeção e identificação fazem parte do contrato não escrito do casamento e indicam que muitos dos medos e anseios inconscientes presentes no matrimônio provêm principalmente dos relacionamentos da infância. Na relação conjugal, quando o sujeito identifica no outro características próprias não resolvidas, ele passa a ver seu parceiro como o continente das suas próprias dificuldades. Por sua vez, ao assumir as características reprimidas do outro, indiretamente gratifica seu parceiro, ainda que a custo de críticas. O casal,

portanto, revive na experiência atual sentimentos regressivos, cujos desdobramentos podem ou não levar à retificação da situação conflitiva anterior.

Pincus e Dare (1981) afirmam que cada estágio da vida emocional da criança é determinado por profundos anseios de relacionamento com o outro. Frequentemente, esses anseios não são completamente satisfeitos, mas a realização mais ou menos satisfatória dessas necessidades torna a criança apta a satisfazer as necessidades do próximo estágio. Os autores destacam que anseios insistentes ou sem uma realização adequada na infância reaparecem posteriormente em momentos específicos na vida emocional dos adultos. Esse princípio caracteriza a tendência à repetição de padrões de relacionamento motivados pela persistência dos desejos na forma de fantasia inconsciente.

O padrão de relacionamento mais marcante para a criança é aquele em que ela percebe a intensidade de seus anseios com relação a seus pais. É o fenômeno do complexo de Édipo. O quarto princípio enunciado pelos autores diz respeito a esse fenômeno. A forma como este complexo de experiências evolui marcará as fantasias com gênese em anseios sexuais dessa criança. Os acordos conjugais estabelecidos no casamento de seus pais influenciarão a formação e o desenvolvimento emocional da criança. Ocultos, porém presentes na dinâmica do casal, esses acordos podem criar obstáculos ao desenvolvimento do potencial da criança, tanto na sua futura relação conjugal quanto no desempenho do papel parental (Pincus e Dare, 1981).

Willi (1978) afirma que problemas com as famílias de origem impedem ou dificultam aos parceiros a superação de conflitos na conjugalidade. Pode acontecer que uma relação conjugal esteja fortemente embasada em um tema fundamental comum que leve à paralisação do desenvolvimento da conjugalidade. Segundo Willi, indivíduos que possuem conflitos pessoais similares não superados podem transferi-los para a relação conjugal e estabelecerem uma dinâmica colusiva. A colusão é um jogo conjunto inconsciente, reciprocamente oculto, cuja origem é a presença de uma dificuldade comum não superada pelos parceiros.

Willi apresenta quatro modos de colusão. Esses modos estão relacionados às fases da primeira infância e são assim denominados: colusão narcisista, colusão oral, colusão sádico-anal, colusão fálico-edipal. Segundo o autor, a gênese das dificuldades conjugais relaciona-se a conflitos vividos pelos

parceiros na primeira infância. Na colusão os parceiros parecem ocupar posições opostas, porém, eles representam apenas polaridades da mesma problemática. O conflito fundamental similar estabelecido na conjugalidade engendra uma dinâmica na qual um dos parceiros atua de forma progressiva e reforça a dinâmica regressiva do outro.

### **3.2** **O legado familiar na visão psicanalítica**

A literatura psicanalítica sobre a transmissão psíquica oferece uma importante contribuição para o estudo das influências intergeracionais. A compreensão da transmissão psíquica e sua incidência nas gerações requerem, inicialmente, a consideração da idéia de um aparelho psíquico familiar (Kaës, 1976). A estrutura desse aparelho é inconsciente e diz respeito a uma série de regulações que operam em conjunto e dão sentido às relações familiares. Além da noção de aparelho psíquico familiar, também devemos considerar a trama intersubjetiva que envolve o casal parental e seus descendentes. Cada sujeito traz para o casal sua própria história, seus mitos, sua herança. A partir da conjugalidade, na geração de filhos transmitem-se conteúdos provenientes das histórias familiares de ambos os parceiros.

A família é, pois, o âmbito no qual transmitem-se desejos, expectativas, fantasias, valores, crenças e ditos que são modelados e transformados em cada nova geração. Cada família transfere aos descendentes sua forma de compreensão do mundo, das relações e formas de organização. Nas famílias fundem-se as histórias de gerações passadas e presentes que são transmitidas aos filhos e associadas às fantasias de cada membro da família e aos mitos familiares. É na família que ocorre a transmissão da herança psíquica adquirida e fundadora de cada sujeito.

A conjugalidade dos pais influencia o desenvolvimento afetivo-sexual dos filhos e os padrões interacionais estabelecidos por esses sujeitos ao constituírem suas próprias relações. McDougall (1993) ressalta a relação entre a configuração do sentido da identidade sexual dos filhos e as identificações estabelecidas deles com seus pais.

A literatura psicanalítica aponta que a conjugalidade tem sua gênese na trama inconsciente familiar de cada sujeito. Eiguier (1984) afirma que a organização inconsciente do casal encontra-se embasada na representação que cada sujeito possui das figuras parentais. Lemaire (1988), ao definir como o casal se constitui, aponta as zonas mal definidas do eu de cada um como os pontos em torno dos quais o casal se forma. O autor afirma também que os parceiros sentem-se atraídos devido à semelhança em alguns aspectos e devido à porosidade de seus limites. Willi (1978), ao discutir a união do casal, refere-se ao mecanismo de colusão entre os parceiros como um jogo implícito na relação que se estabelece em função de um conflito similar e não superado. A união dos parceiros é motivada por questões semelhantes e inconscientes além da expectativa de resolverem seus conflitos por meio da conjugalidade.

A conjugalidade representa um rico terreno para a reedição do romance familiar e para elaboração das vivências infantis. A união dos parceiros gera a possibilidade de desenvolvimento do psiquismo, onde o passado, o presente e as expectativas futuras aparecem entrelaçadas na construção da vida em comum. Ao assumir o legado, os parceiros devem apropriar-se da realidade recebida, imprimindo sua própria marca. Nesse sentido, o encontro dos parceiros atualiza a herança psíquica de cada um (Magalhães, 2005; Féres-Carneiro & Magalhães, 2001).

Antes mesmo de seu nascimento o sujeito já possui um lugar a ser ocupado, lugar este marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais, pelas fantasias e expectativas das gerações precedentes. O sujeito, herdeiro do desejo de seus pais, encontra-se submetido a uma corrente geracional, estabelecendo a continuidade da vida psíquica entre gerações. Granjon (2000) afirma que há uma certa urgência em transmitir, pois a transmissão possibilita a continuidade evolutiva geracional. Cada geração origina outra que, por sua vez, deve criar uma nova a fim de perpetuar a vida a ser transmitida. A transmissão, no entanto, é internalizada pelos diferentes membros de uma família de forma singular. O sujeito ocupa uma posição ativa no processo de transmissão, na medida em que ele é capaz de transformar o material transmitido. Dessa forma, o herdeiro do legado familiar, ao internalizá-lo, transforma ou reconstrói aquilo que se pretendeu transmitir, imprimindo sua marca singular no percurso (Féres-Carneiro e Magalhães, 2005).

No entanto, nem sempre é possível significar tudo aquilo que nos foi transmitido. Quando o trabalho de transmissão falha, o material atravessa as gerações e se impõe em seu estado bruto aos descendentes, o processo torna-se alienante ao invés de estruturante. Benghozi (2000) define duas possibilidades de transmissão: transmissão intergeracional e transmissão transgeracional. Segundo o autor, na transmissão intergeracional o que é transmitido é elaborado e até transformado na passagem de gerações. Já na transmissão transgeracional, o que é transmitido não pode ser metabolizado. Nesse tipo de transmissão são encontrados aspectos daquilo que não foi simbolizado, que não pôde ser dito, como doenças, suicídios, crimes ou outras transgressões familiares. Nesse caso, o que se transmite é aquilo que não é aceito, que não foi simbolizado e permaneceu em estado bruto, impossibilitado de elaboração e, portanto, repetido. Essas questões, embora veladas, são percebidas na atmosfera familiar.

Além da identificação com as figuras parentais, destacamos o romance familiar como outra dimensão relacionada à idéia de transmissão psíquica geracional. Carreiro (2001) refere-se ao simbolismo infantil da criança que depara-se com a desidealização da imagem dos pais. Originalmente, os pais são percebidos pelos filhos como figuras perfeitas e repletas de qualidades. Diante da desidealização a criança tem a possibilidade de restaurar a imagem dos pais, enaltecendo-os, assim reconstruir a imagem perdida. Nesse processo, associadas aos símbolos nobres que a criança atribui aos pais, estão incluídas lembranças dos pais reais. Outro aspecto destacado pela autora sobre o romance familiar diz respeito à construção de histórias familiares passadas de geração para geração nas quais estão presentes mitos e segredos.

Em grande medida, nossa constituição subjetiva é marcada pelo que falamos sobre nossa história e nossa pré-história, especialmente quando esses ditos vêm carregados de emoção e sentimentos. Em relação à transmissão psíquica intergeracional, a narrativa, as falas e os contos familiares representam conteúdos herdados a serem transformados e elaborados. Carreiro (2001) destaca que existe um intervalo entre a história objetiva e a narrativa subjetiva, fazendo referência à cadeia de transmissão. Magalhães e Féres-Carneiro (2005) ampliam o espectro e afirmam que o romance familiar está inserido em um panorama maior que envolve um conjunto de variáveis psicossociais, econômicas, familiares e a história pessoal do sujeito.

A articulação entre as noções de identificação com as figuras parentais, a transmissão psíquica geracional e o romance familiar é importante para o estudo da conjugalidade. No contexto contemporâneo, diante de variadas formas de conjugalidade e de um número cada vez maior de dissoluções conjugais, sucedidas ou não de novas uniões, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem a compreensão sobre as questões relacionadas ao laço conjugal.

Em estudo recente, Féres-Carneiro e Magalhães (2005) investigam as influências que a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos, podem exercer sobre o lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida de adultos jovens que ainda não se casaram.

“Antes mesmo do encontro amoroso, existe no psiquismo de cada parceiro um lugar para a organização da conjugalidade. Esse lugar, pré-posição, reúne a pré-história e a história do sujeito, seus ideais de conjugalidade, as imagens e fantasias sobre a conjugalidade de seus pais e de seus antepassados, os mitos familiares e muitos outros elementos fantasmáticos que irão se engendrar no futuro eu conjugal” (Féres-Carneiro e Magalhães 2005, 115-116).

A literatura psicanalítica da transmissão psíquica leva a uma compreensão da construção do laço conjugal, considerando que a conjugalidade tem sua origem na trama inconsciente familiar de cada sujeito.

### **3.3 Influências transgeracionais na perspectiva sistêmica**

Em nossa investigação, destacamos as influências transgeracionais a partir da perspectiva sistêmica que aborda a relação entre padrões interacionais estabelecidos nas famílias de origem e a formação do laço conjugal nos subsistemas formados pelos novos casais. A abordagem sistêmica compreende a família a partir de uma concepção de totalidade. Nessa concepção, o todo é considerado maior que a soma das partes. Cada parte é compreendida ampliando-se o olhar para o contexto em que elas estão inseridas, principalmente porque a

totalidade do sistema se constitui de características não encontradas nas partes, quando observadas isoladamente.

Os indivíduos integrantes de um grupo familiar podem ser considerados sistemas por si mesmos, ou um subsistema inserido num sistema maior. Essa unidade familiar também faz parte de um sistema mais amplo, como a comunidade, por sua vez inserida no sistema sociocultural, e assim sucessivamente, formando uma rede de sistemas interligados. Na família estão interligados vários subsistemas cujos funcionamentos variam de um nível ótimo à total disfunção e falência. O funcionamento de qualquer sistema está relacionado ao funcionamento de outros sistemas, dos mais amplos aos mais compactos, os subsistemas.

Observar as relações do grupo familiar, segundo a teoria dos sistemas, é focalizar o comportamento de seus membros atuando de forma interdependente entre si. Nessa ótica, a família é um conjunto cuja totalidade é muito mais que o somatório das características de seus membros. Segundo Bowen (1978), “a família é um sistema em que a mudança que afeta uma de suas partes se faz seguir por mudanças compensatórias em outras de suas partes componentes”.

Teóricos sistêmicos afirmam que toda família possui padrões de interação que caracterizam sua constituição e psicodinâmica. Esses padrões passam de uma geração à outra, influenciando gerações subseqüentes. São considerados padrões interacionais os padrões de comunicação, as regras, os mitos, os padrões de afetividade, as triangulações, os compromissos de lealdade, entre outros. Esses são os meios mediante os quais o processo de transmissão ocorre. Bowen (1978) afirma que as transmissões são seqüências repetidas de comportamentos cuja freqüência origina um modelo que se traduz em normas para a relação. Essas normas, por sua vez, estabelecem os parâmetros da relação. A família de origem traz consigo, implícitos, parâmetros que descrevem como as pessoas aprendem conceitos funcionais ou disfuncionais em relação ao eu, aos outros e aos relacionamentos. Esses parâmetros são transmitidos fazendo-se presentes no comportamento dos descendentes, em seus relacionamentos íntimos e em outras áreas da vida adulta.

Segundo Minuchin (1982), a família é um sistema que opera por meio de padrões transacionais. Negociações repetidas em um sistema familiar instituem padrões de interação que determinam a seus membros como, quando e com quem

se relacionar. Cervený (2000) ressalta que o grupo familiar se comunica por meio de seqüências de comportamentos que se mantêm em determinadas relações. Estas seqüências são conhecidas como padrões interacionais que se repetem. O espaço, o olhar, o silêncio, o movimento, os mitos, as lealdades, os segredos são considerados contextos em que os padrões interacionais familiares se manifestam de forma mais ou menos “previsível”.

Alguns autores de abordagem sistêmica (Bowen,1978; Framo,1970; Minuchin, 1982) desenvolveram estudos sobre a influência das famílias de origem nas relações conjugais, priorizando diferentes aspectos. Segundo Framo (1970), o sistema encontra-se carregado de forças transgeracionais veladas que exercem influência nas novas relações conjugais. Em trabalho mais recente, o autor afirma:

“Vale dizer que as atuais dificuldades de um casal são consideradas esforços de reparação no sentido de corrigir, controlar, defender-se de e apagar antigos e perturbadores paradigmas relacionais ligados à família de origem. Na escolha de relações íntimas em particular, mais que de outras, as pessoas tentam encontrar soluções interpessoais para conflitos intrapsíquicos” (Framo, 2002, p.73-74).

Segundo Bowen (1978), as relações que pertencem ao passado podem condicionar o presente do casal. O autor observa alguns mecanismos mediante os quais esse processo pode ocorrer. Afirma que modelos interacionais de uma geração podem funcionar como matrizes ocultas para a interação relacional familiar de gerações posteriores. Destacam-se o processo de projeção familiar, a fusão e a diferenciação do indivíduo de sua família de origem e as triangulações como formas de transmissão multigeracional. No processo de projeção familiar os pais imprimem nos filhos características específicas como “o responsável”, “o pacífico”, “o não-confiável” e obrigações emocionais como “você deve cuidar do seu irmão”, ou “a tarefa da casa fica por conta da filha mais velha”. Assim, os indivíduos saem da família de origem para o mundo e para o casamento designados para desempenhar papéis e personagens transmitidos pelos predecessores com os quais existem questões familiares não resolvidas.

A fusão e diferenciação do indivíduo em relação a sua família de origem é outro mecanismo de transmissão multigeracional. Para conceituar a indiferenciação do Eu, Bowen (1978) classificou todos os níveis de funcionamento humano em um único “continuum”. De um lado da escala,

encontramos a máxima intensidade de indiferenciação do eu familiar, a “fusão do Eu” com baixa diferenciação do si. Do lado oposto predomina a “diferenciação do si”, com baixa evidência de fusão do Eu. Segundo o autor, a separação de um indivíduo de sua organização familiar é um processo gradual e sem fim determinado. Nesse sentido, os filhos que não têm um bom nível de diferenciação com relação aos pais apresentam maiores dificuldades em se separar dos mesmos e, em situações limite, não chegam a se separar. Estas são situações em que a herança da família de origem pode chegar até mesmo a impedir a possibilidade de matrimônio ou permitir uma constituição apenas aparente do casal. Já aqueles indivíduos que apresentam baixa evidência de fusão do Eu conseguem explorar o mundo mais livremente, tanto sozinhos quanto em uma relação conjugal.

Os casais procuram se completar um no outro, na medida em que não conseguiram resolver seus relacionamentos com os pais. Andolfi (2002) refere que muitos casais passam anos buscando viver uma completa unidade na relação conjugal evitando para isto revelarem um ao outro como são realmente. Naturalmente esta relação resultaria em severas distorções na comunicação a fim de manter o mito da concordância e inibiria a possibilidade de uma relação afetiva verdadeira.

O âmbito de amadurecimento do indivíduo ocorre tanto pelos complexos roteiros multigeracionais do sistema da família ampliada, como nas circunstâncias imediatas da família nuclear onde habita. O bom desenvolvimento psicológico do indivíduo requer um grupo familiar suficientemente coeso e do qual ele possa se diferenciar progressivamente até poder separar-se e instituir por si mesmo um novo núcleo familiar.

Bowen (1978) afirma que o maior ou menor grau de diferenciação do ego gera conseqüências no padrão relacional do sistema familiar. Segundo o autor, um sistema familiar com alto índice de ansiedade e baixa diferenciação egóica tende a desenvolver padrões relacionais triangulares. Em um par cuja relação apresente um grau de ansiedade considerável, um de seus componentes pode sentir-se motivado a falar sobre o outro com um terceiro importante. Dessa forma, o par original sofre uma alteração, pois a inclusão do terceiro coloca um dos componentes originais do par à margem da nova configuração. As triangulações não são estáticas, elas sofrem alterações de acordo com a dinâmica

interna da família e estão presentes em todos os sistemas. No entanto, as famílias tendem a manter triângulos característicos, conforme o grau de ansiedade presente no sistema, o que caracteriza a natureza repetitiva dos mesmos, tornando-os previsíveis. Embora a formação triangular venha a desfazer-se, quando o grau de ansiedade e a tensão relacional no sistema diminuem, o triângulo permanece em estado latente, pronto para reaparecer tão logo aumente novamente o nível de ansiedade familiar.

Esse aspecto de transmissão multigeracional, no qual aparecem padrões latentes e influentes, também é ressaltado por Jackson (1965) que afirma que um dos fatores mais importantes na transmissão multigeracional parece ser o fato de que a criança não só aprende a responder à atitude de seus pais, como também registra os modelos paternos como matrizes para suas próprias respostas.

Elkaim (1989) ressalta que embora a transmissão ocorra de forma diferenciada em cada família, devido às suas singularidades na elaboração de seus próprios modelos, não há como não transmitir. Segundo o autor, toda família transmite seu modelo interacional, mesmo aquelas que cuidam muito para não fazê-lo. O autor afirma que o casal interage constantemente com o contexto onde vive. O contexto mais influente para essa díade, freqüentemente, é aquele de suas famílias de origem. As relações entre o casal e suas famílias constituem formas de interação que se manifestam no ciclo vital do casal e o influenciam.

Imersos na cultura de uma comunidade e sociedade específicas, os casais, ao iniciarem uma relação, trazem consigo um conjunto de crenças e valores estruturado a partir da experiência na família de origem. As construções de um novo casal se formam alicerçadas na história que cada um traz consigo. Lorieto e Strom (2002) relatam que praticamente todas as áreas da relação conjugal estão marcadas pela influência da família de origem: a escolha do parceiro, o contrato conjugal, a sexualidade, a gestão do conflito, o nascimento e a educação dos filhos, a alimentação, a produção e a distribuição dos recursos econômicos, a separação e o divórcio. Ainda que ocultos ou sutis, os padrões da família de origem exercem influência no subsistema conjugal. O casal é, então, o primeiro representante da herança psíquica de suas famílias de origem.

O subsistema conjugal possui funções e características específicas e recebe, em determinado grau, a interferência de outros subsistemas. Essas interferências encontram maior ou menor resistência nas fronteiras de cada

subsistema. As fronteiras definem quem participa e como participa de um subsistema, sua principal função é a de proteger a diferenciação dos mesmos. A flexibilidade da fronteira do subsistema conjugal funcional deve protegê-lo da interferência de outros subsistemas, sem impedir sua comunicação. Se a fronteira em torno dos esposos é rígida, o subsistema ficará isolado e disfuncional. Mas, se os parceiros mantêm fronteiras pouco estabelecidas, outros subgrupos, inclusive filhos e parentes afins, podem exercer grande influência no funcionamento do subsistema conjugal. A qualidade e plasticidade da fronteira são elementos importantes na dinâmica do casal (Minuchin, 1982).

Cervený (2000) compreende o contexto das transmissões para além do limite da família de origem. Segundo a autora elas ocorrem no sistema familiar ampliado, incluindo as gerações passadas. A transmissão dos padrões interacionais pode não passar diretamente de uma geração à subsequente e pular gerações. Além da fusão e diferenciação, triangulação, projeção familiar e plasticidade das fronteiras como fatores de transmissão multigeracional, a autora destaca a comunicação, as regras, os mitos, os segredos, a hierarquia e a afetividade como modelos de padrões interacionais para as gerações subsequentes.

Cervený (2004) ressalta a importância da comunicação dentre os fatores de transmissão. A comunicação ocorre quando o emissor envia uma mensagem a um receptor por meio de um canal, havendo um feedback. Tanto o emissor quanto o receptor possuem uma série de valores, julgamentos, crenças, experiências anteriores e estado emocional que funcionam como obstáculos ou filtros ao enviar e receber uma mensagem. Esses obstáculos fazem com que, para o emissor, a mensagem transmitida seja diferente da que se pretendia transmitir. Ao chegar ao receptor, a mensagem passa pelos obstáculos presentes no contexto desse último, que também a recebe de uma maneira particular. Esse processo reforça a ideia de que em todo esquema de comunicação considera-se o contexto no qual a comunicação ocorre e o contato entre emissor e o receptor.

A autora também ressalta que o significado dos obstáculos tanto por parte do emissor quanto do receptor devem ser considerados dentro do contexto relacional. Nesse sentido, ela destaca a ideia de Ruesch e Bateson (apud, Cervený, 2004) que afirmam que um indivíduo deve ser entendido no sistema formado por aqueles que o circundam, e esses dentro de um sistema maior, sendo a comunicação o veículo entre todos os sistemas. Além da transmissão verbal e

explícita de uma mensagem, o conceito de comunicação também abrange os processos por meio dos quais as pessoas se influenciam mutuamente. De maneira geral, as ações e acontecimentos somente adquirem aspectos comunicativos quando são percebidos e interpretados por um ser humano.

O grupo familiar se comunica por meio do olhar, do silêncio, dos segredos, do movimento, porém, praticamente em todas as famílias existem problemas de comunicação. Frequentemente, encontramos nos sistemas familiares indivíduos que, em algum momento, não se sentiram ouvidos ou compreendidos, não conseguiram expressar seus sentimentos, orientam seu comportamento mais pelo que não é dito ou que não confiam nas palavras dos outros familiares. Esse contexto é compreendido do ponto de vista sistêmico a partir de um enfoque circular de retroalimentação da informação, em que o comportamento e a comunicação de cada indivíduo afetam e são afetados pelos comportamentos de cada uma das outras pessoas, podendo ocorrer, inclusive, em circuitos intergeracionais (Cervený, 2000, 2004).

Em relação ao aspecto da comunicação, Watzlawick (1967) aponta para o fato de que o silêncio como resposta, a inatividade ou a falta de intenção consciente ao emitir uma mensagem também constitui formas de comunicação. Nesse sentido, o autor destaca a premissa de que “não se pode não comunicar”, enfatizando a impossibilidade da não comunicação, mesmo que com grande esforço de uma das partes para o fazer. Ele propõe três categorias de comunicação presentes num sistema que ajudam a classificar padrões de interação multigeracionais. A primeira delas refere-se à aceitação da comunicação, que ocorre quando o receptor aceita a comunicação do emissor, iniciando um processo de interação. A rejeição da comunicação é a segunda categoria e caracteriza-se quando o receptor torna claro ao emissor, ainda que de forma não verbal, que não aceita a interação. A terceira categoria é a desqualificação da comunicação, caracteriza-se por um processo no qual o receptor aceita a interação com o emissor, mas tenta invalidar as mensagens de forma verbal ou não. Em relação ao aspecto verbal, o receptor pode usar mecanismos de invalidação da mensagem como a incoerência ou contradição ao emitir respostas, a mudança de assunto, o uso de frases incompletas, denotando desinteresse em relação ao emissor. A desqualificação também pode ocorrer de forma não verbal, mediante a evitação do

contato visual, determinadas posturas, sinais de pressa ou irritabilidade, risos sem fundamento, entre outros.

Nos grupos familiares existem prescrições sobre modos adequados de comportamento que indicam como a família deve agir em determinada situação. Essas prescrições, freqüentemente, coincidem com os costumes de uma família. Esse é o âmbito onde nascem as regras familiares como algo regulador do grupo familiar. Cervený (2000) destaca que as regras é que tornam possível o funcionamento do grupo familiar. Existem regras mais explícitas e que fazem parte de um sistema mais geral de organização familiar. Embora as regras tenham caráter universal, elas diferem em características específicas, de acordo com a cultura na qual a família está inserida. Outras regras dizem respeito a cada grupo familiar e instituem-se mediante anos de implícitas negociações entre seus membros. Raramente verbalizadas, essas regras são aceitas e compartilhadas por todos os membros da família. Além de garantir a manutenção da homeostase do sistema familiar, as regras definem os direitos e deveres de cada um, gerando expectativas mútuas nos membros do grupo familiar. Muitas vezes, estas regras não se circunscrevem a apenas uma geração familiar, mas aparecem repetidas por meio de seqüências intergeracionais. Em nossa investigação, buscamos identificar tais seqüências.

As influências que atravessam as gerações nos sistemas familiares são, muitas vezes, dificilmente identificadas, embora mantenham sua ascendência nos sistemas subseqüentes. Os sentidos que uma família atribui à vida, ao grupo familiar e aos relacionamentos têm sua gênese na própria história familiar. As famílias atribuem determinados significados aos acontecimentos, fortalecendo ou não o sentido que eles trazem de suas famílias de origem (Krom, 2000).

Destacamos como importante fator de transmissão multigeracional a influência dos mitos nas relações entre os subsistemas conjugal e parental. Ângelo (1995) afirma que no casamento estão implicadas as famílias de cada cônjuge como transmissoras de um sistema mítico que precisa ser devidamente considerado na compreensão da dinâmica do casal. Valores relacionados a um contexto social numa determinada época são vividos por uma família que os transfere para a geração seguinte. Este segundo grupo efetiva esse padrão com ritos e, sem compreendê-los ou questioná-los, veicula-os para a terceira geração.

Esta os assimila ainda de maneira velada e aparentemente desvinculada de sua realidade vivencial. Herdam-se, portanto, mitos que se desenvolvem a partir da impossibilidade de conectar o legado com a realidade da época em que se vive. Na perspectiva sistêmica mitos significam crenças inconscientes, segredos ou atitudes que se perpetuam, devido ao fato de serem aceitos por sucessivas gerações de uma família. Toda família, por mais bem sucedida que possa ser, parece precisar de certa dose de “mitologia” para suavizar determinadas questões que precisam ficar veladas ou mantidas sob segredos.

O enfoque das teorias do desenvolvimento humano também fornece um bom exemplo de como o mito é transmitido. Uma das maneiras que a criança tem de se “apropriar” do conteúdo de uma relação consiste no uso da simbolização. Imagens e comportamentos específicos passam a representar certos elementos da “questão a ser apropriada”. Fragmentar a representação do que acontece no relacionamento em várias seqüências comportamentais e “congelá-las” em uma série de imagens relativas a determinados momentos parece proporcionar à criança a possibilidade de atribuir um significado à relação, por meio da construção de um ou mais “emblemas míticos” adequados o bastante para conter suas qualidades mais importantes e depois relembra-las. A criança exercita-se no uso desses “emblemas” quando, brincando, assume, por exemplo, o papel da mãe, repetindo certos comportamentos característicos dela. Esta idéia parece ser confirmada pelo fato de, tempos depois, observar-se a semelhança de certas expressões mímicas dos filhos com as dos pais, atribuindo-lhes as mesmas conotações afetivas (Ângelo, 1995).

Tanto o sistema quanto o emblema mítico podem ser transmitidos, representando uma forma de apropriação da herança afetivo-relacional da família de origem e tendem a se expressar nos futuros relacionamentos conjugais.

No legado deixado pela família de origem, segredos e mitos familiares são forças que mantêm uma estreita relação entre si. Segundo Cerveny (2000), fatos passados ocorridos em uma geração ficam “guardados” na história da família como elementos para a construção dos mitos, diferenciando aquele grupo familiar de outros. Mediante a comunicação verbal ou não, alguns segredos familiares podem se transformar em mitos, quando se estabelece em torno deles um sistema de crenças compartilhado entre os membros e transmitido intergeracionalmente.

Cervený (2000) ressalta que a função dos segredos familiares é ocultar assuntos vergonhosos, mas também fortalecer a união ou diferenciação de um subsistema, fornecendo-lhe uma identidade familiar específica. Segredos familiares parecem ser problemas conhecidos e compartilhados por poucos membros do grupo. Para um determinado grupo, o segredo pode ter a finalidade de proteção desse grupo em relação a grupos maiores, ou a função de diferenciação desse grupo em relação a outros. Segundo a autora, essas mesmas funções podem ser aplicadas num único sistema familiar, destinando a determinados subsistemas as funções de diferenciação, poder, coesão, entre outras.

Os indivíduos em uma família representam funções e concentram poder, organizando-se de determinada forma. Haley (1979) afirma que a organização de alguns indivíduos em conjunto leva à constituição de status e poder e, conseqüentemente, a uma organização hierárquica. A hierarquia está ligada às funções dentro da família. Uma organização hierárquica elementar envolve a linha geracional e mantém bem estabelecida a divisão entre gerações, com o poder centrado na família nuclear. As divisões hierárquicas, no entanto, sofrem a influência da cultura onde o sistema encontra-se inserido, podendo alguns subsistemas ocupar posições mais privilegiadas que outros em determinados contextos culturais.

As famílias organizadas de acordo com modelos de hierarquia rígida, ambígua ou confusa podem favorecer a repetição desses padrões em gerações posteriores, além de trazer como conseqüência alterações em outros padrões de interação como nas formações triangulares, na comunicação e na afetividade (Cervený, 2000).

Grande parte dos estudos sobre afetividade na família teve como objeto de estudo famílias de esquizofrênicos. Lidz (apud, Cervený, 2000), estudando a relação entre afetividade familiar e esquizofrenia, confirma que a relação mãe/filho pode levar ao estabelecimento de um contexto para o desenvolvimento de alguns transtornos. O autor afirma que a família é o modelo de interação social para seus membros e transmite seus padrões, sobretudo, por meio da comunicação não-verbal. O resultado de pesquisas desse autor sobre famílias de esquizofrênicos aponta que todas as famílias eram constituídas por casamentos mal sucedidos, ou seja, apresentavam relações disfuncionais, desconfiança entre o casal,

desorganização hierárquica, papéis parentais pouco estabelecidos, triangulações enrijecidas e filhos representando funções paternas.

Jackson (1970), em estudos sobre a definição e natureza das relações, classificou as famílias em quatro tipos. O primeiro tipo diz respeito à relação satisfatória estável, definida como uma relação onde há um acordo claro estabelecido entre as partes sobre divisão de tarefas, de papéis, funções e poder. A relação é estável e os períodos de instabilidade são pequenos, os parceiros conversam sobre a relação. O segundo tipo de relações familiares é definido como relação satisfatória instável. Caracteriza-se por períodos maiores de instabilidade, vividos em alternância com períodos de estabilidade. Para o autor, essa relação é característica de relações novas ou daquelas que estão passando por eventos nodais, como a chegada de um bebê, filhos na adolescência, aposentadoria. Existem famílias em que a relação dominante é insatisfatória estável. Nesse tipo de relação não há muito diálogo entre os parceiros, eles não discutem a responsabilidade de determinadas áreas dentro da relação. Embora insatisfeitos, devido à pouca troca existente, a relação é estável porque os envolvidos não manifestam os problemas que poderiam desestabilizar a relação. O quarto tipo de relação refere-se à relação insatisfatória instável cuja característica central é a não existência de acordos. Os períodos estáveis são curtos e os instáveis prolongados. O autor afirma que os membros desse tipo de família apresentam sintomas psicossomáticos ou hísticos e apresentam muita resistência em iniciar ou continuar um processo terapêutico.

Os modos de relação classificados por Jackson são atribuídos a diferentes graus de estabilidade no relacionamento e considerados padrões de afetividade estabelecidos no sistema, podendo reaparecer ou influenciar a dinâmica afetivo-relacional de futuras gerações.

Outro autor, Minuchin (1982), não se refere especificamente à afetividade na família, mas utiliza conceitos sobre famílias emaranhadas e desligadas para caracterizar a existência de tipos predominantes de interação entre os elementos de um sistema. Ele conceitua famílias emaranhadas e desligadas para definir dois modelos extremos de interação entre os membros da família. “Todas as famílias são concebidas como incidindo em algum lugar ao longo de um *continuum*, cujos pólos são os dois extremos de fronteiras, difusas e excessivamente rígidas” (p.59). Emaranhamento e desligamento são padrões de

alta carga emocional, profundamente inseridos nas estruturas familiares, cuja influência também aparece nas novas uniões conjugais.

Nas famílias emaranhadas, os membros envolvem-se de maneira excessiva uns com os outros, podendo manter contatos muito freqüentes ou até uma fusão simbiótica total. As fronteiras interpessoais são difusas, há uma grande invasão de sentimentos, pensamentos e comunicação entre os membros da família, resultando numa confusão de papéis. Nesse modelo de interação familiar, a autonomia fica restrita em prol do sentimento de pertencimento.

Nas famílias desligadas, os elementos do sistema são autônomos e as fronteiras são inadequadamente rígidas. A comunicação é difícil e as funções protetoras da família ficam prejudicadas. Há um extremo desligamento e distância, chegando a ponto de não haver nenhum envolvimento. Os elementos do sistema não solicitam apoio, não vivenciam o sentimento de lealdade, interdependência e pertencimento. A tendência desse modelo familiar é não responder diante de uma necessidade, a não ser em situações de estresse máximo.

Aylmer (2001) utiliza os termos emaranhamento e rompimento na definição dos mesmos padrões descritos por Minuchin (1982) como emaranhamento e desligamento. Esse autor afirma que, embora aparentemente opostos em natureza, estes padrões cumprem funções semelhantes nas famílias, permitindo que as questões de relacionamento e as necessidades de distância e proximidade sejam colocadas ou evitadas, mas jamais resolvidas. Esses processos de emaranhamento e rompimento têm um impacto especial sobre o jovem adulto. Aquele que cresceu num padrão de emaranhamento com sua família de origem, provavelmente, terá grandes dificuldades em envolver-se com o mundo externo e com novos relacionamentos íntimos. Em um sistema familiar funcional, o jovem tende a encontrar apoio na estruturação de sua identidade. Já numa dinâmica familiar em que predomina o padrão do rompimento, o jovem seria prematura e arbitrariamente afastado dos recursos da família nuclear e ampliada, tornando deficiente o processo de formação da identidade e seus futuros empreendimentos.

Cervený (2000) considera que todos os elementos de uma família são influenciados pelo modelo afetivo dominante no sistema familiar. Adota a posição de que o relacionamento não é um fator interno de um indivíduo, mas o produto de uma interação, sendo, pois, a família, a matriz na qual ele se inicia, desenvolve-se e é transmitido.

As relações que envolvem uma família possuem um caráter muito particular. Boszormeny-Nagy e Spark (1973) afirmam que a essência de qualquer relacionamento é a capacidade de assumir compromissos e confiar nos demais. A intensidade e profundidade que envolvem os relacionamentos entre os elementos de uma família depende dos compromissos de lealdade estabelecidos entre eles.

De modo geral, a lealdade é descrita como um sentimento de solidariedade e uma atitude de confiança entre as pessoas. Num sistema familiar, a lealdade envolve uma trama relacional que implica a existência de expectativas compartilhadas no grupo, em relação às quais todos os elementos adquirem um compromisso. As leis existentes em cada sistema familiar são específicas. O conteúdo dessas leis, dizem respeito às expectativas estruturadas na família ao longo de gerações. Elas influenciam nos padrões interacionais e no comportamento de cada elemento da família. A palavra lealdade tem origem na língua francesa, *loi*, que significa lei, e implica atitudes de acatamento à mesma. As famílias têm suas próprias leis em forma de expectativas compartilhadas não escritas. O cumprimento dessas expectativas para as crianças se faz mediante o uso de medidas disciplinares externas, já os adultos devem cumpri-las a partir da internalização desses compromissos. O sentido das relações de lealdade em uma família depende da representação que os indivíduos dessa família possuem das leis do sistema e dos compromissos inconscientes de lealdade estabelecidos entre eles (Boszormeny-Nagy e Spark, 1973).

As lealdades referem-se à forma como é estabelecida a relação entre os elementos da família, à intensidade e à profundidade desses laços. Os autores afirmam que os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, mas resistentes, que mantêm unidos complexos fragmentos do padrão relacional. Nesse sentido, o significado do compromisso de lealdade vai além da relação de confiança estabelecida entre vários indivíduos, diz respeito a um dever de lealdade compartilhado entre os elementos de uma família com os princípios e os significados simbólicos dessa mesma família.

Refletir sobre os compromissos de lealdade num sistema familiar envolve considerar o complexo de expectativas estruturadas na família, diante das quais todos os elementos dessa família estão de alguma forma envolvidos. O indivíduo leal luta por aproximar seu próprio interesse do interesse do grupo. Não só compartilha os pontos de vista do grupo, como também aderirá ao seu código

de ética de conduta, pelo menos o considerará com muito cuidado. Para ser um membro leal, o indivíduo precisa ter interiorizado as expectativas do grupo e cumprir as obrigações internalizadas.

Os compromissos de lealdade nas famílias são fundamentados em pactos, cisões, alianças, triangulações, padrões de afetividade, freqüentemente, de natureza conflituosa, constituindo os laços invisíveis das expectativas familiares.

Boszormeny-Nagy e Spark (1973) afirmam que os compromissos de lealdade, freqüentemente, se estabelecem nas áreas de educação e criação de filhos. Ao transmitir valores e princípios a seus filhos, os pais assumem a posição meritória de credores e os filhos se transformam em devedores. Os filhos precisam pagar pela herança recebida mediante o sistema de realimentação intergeracional. Dessa forma, eles internalizam os compromissos assumidos, cumprem as obrigações e transmitem as expectativas à nova geração. A cada obrigação cumprida o nível de lealdade e confiança na relação é fortalecido.

A lealdade procura despertar nos membros comprometidos com ela a prática do sentido do dever, equanimidade e justiça. No entanto, a posição de cada indivíduo no grupo depende do âmbito de justiça de seu próprio universo. Dessa forma, nem todos os elementos do grupo correspondem aos estímulos que lhe são oferecidos, muitas vezes não atendendo à demanda de obrigações do sistema. O não cumprimento das obrigações provoca culpa, que constitui uma força secundária de regulação do sistema.

Cada nova relação que nasce na família suscita a necessidade de formar novos compromissos de lealdade. O casal, representante da nova relação, traz em cada parceiro a lealdade familiar estabelecida com suas famílias de origem e a transmite de forma mais ou menos metabolizada às futuras gerações. O desafio para cada nova configuração conjugal é alcançar um equilíbrio entre as antigas expectativas, ainda em vigor, e as novas, decorrentes da nova relação. A intensidade desse desafio para cada casal está relacionada com a rigidez ou flexibilidade do sistema originário e a forma como eles trabalham as influências recebidas.

Mudanças numa geração, freqüentemente, vêm associadas a um certo grau de estresse. Quando essas mudanças encontram-se relacionadas a questões similares de gerações passadas, o índice de estresse torna-se potencializado. Famílias com história repetida de traição e abandono, por exemplo, apresentam

um índice maior de estresse em relação a esse aspecto. Muitas vezes a dificuldade em estabelecer um diálogo a respeito dos assuntos estressantes e a presença de uma grande preocupação com relação ao comportamento de seus membros, sobretudo os membros mais jovens, leva a um resultado paradoxal: a concretização da profecia e repetição da história (Watzlawick, 1973). Cervený (2000) destaca que a repetição de modelos familiares e as profecias autorealizáveis muitas vezes caminham em paralelo. Algumas famílias com determinados padrões interacionais repetitivos mantêm uma dinâmica na qual não se discute nem se questiona esses padrões, no entanto, esses modelos mantêm-se presentes em cada indivíduo, atuando muitas vezes como profecias a serem realizadas.

Os padrões interacionais estabelecidos na inauguração de um novo sistema conjugal e sua relação com aquilo que é herdado das gerações precedentes são os fundamentos da investigação que realizamos: as influências da família de origem na construção do laço conjugal no novo casal.